



RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2010

Enquadramento Macroeconómico

A Economia Portuguesa

O ano de 2010 foi marcante para a economia portuguesa e europeia, dado o agravamento do risco sistémico da dívida pública dos países periféricos europeus. O combate à crise, que se tornou mais forte a partir de 2008, envolveu os Estados numa luta que implicou um aumento da despesa muito acima do comportável, quando as economias já apresentavam um elevado nível de endividamento público e privado, ou seja um elevado grau de alavancagem. No caso português houve a conjugação de dois factores que permitiram uma deterioração acelerada das contas públicas: as medidas de combate à crise e o facto de 2009 ter sido um ano eleitoral. Em 2009 foram decretados aumentos de salários e baixas de impostos, que tiveram como consequência o disparar do défice orçamental para 9,3% do PIB, com o aumento da despesa. Em 2010 os investidores começaram a desconfiar da capacidade de Portugal pagar a sua dívida, algo que foi mais visível a partir da intervenção do FMI,

em Maio, na Grécia e em Dezembro na Irlanda. As medidas de estímulo monetário continuaram a fazer-se sentir na zona euro, via manutenção das taxas de juro a níveis historicamente baixos. No entanto este estímulo de pouco valeu, a Portugal que teve que enfrentar a quebra de confiança dos agentes económicos no sistema económico-financeiro português, exigindo taxas de juro muito superiores à da Alemanha, que se traduziu num alargamento dos spreads das OTs a 10 anos face às Bunds alemãs. As taxas de juro de curto prazo foram as que mais subiram, cortando o acesso de todos os agentes da economia portuguesa, incluindo Estado, a mecanismos de curto prazo. No início de ano as taxas a um ano rondavam os 1% a um ano, mais do que triplicaram para 3,4% no final de 2010. Este aumento do custo de financiamento, traduziu-se numa elevada restrição ao crédito por parte das instituições financeiras e da despesa por parte do Estado, conduzindo ao congelamento de obras públicas e abrandamento da actividade interna. Este abrandamento teve consequências no desemprego que atingiu 10,6%, e contribui por um lado para o aumento da despesa do Estado em benefícios sociais e por outro para a diminuição do consumo interno, reflectindo uma maior incerteza das famílias sobre o futuro.

Os principais parceiros comerciais de Portugal, apresentaram uma recuperação muito importante, com especial destaque para a Alemanha, que apresentou um crescimento de 3,6% em 2010 com uma taxa de desemprego de apenas de 7,4%. A Espanha man-

teve-se anémica, apesar de já evidenciar alguma recuperação no último trimestre. Esta recuperação das maiores economias europeias associada a uma taxa de câmbio mais favorável, impulsionou o sector exportador responsável pelo crescimento no PIB registado em 2010. O dinamismo do tecido empresarial português continuou a evidenciar-se com os empresários a procurarem novos mercados fora da Europa, Oriente e Brasil, diversificando os mercados da procura por produtos portugueses.

No entanto e pelo segundo ano consecutivo, nem toda a sociedade sofreu com a crise financeira. A função pública continuou a registar aumentos de poder de compra, apenas com perspectivas de redução em 2011. O ambiente de preços relativamente baixos vivido, associado a um baixo nível de despedimentos na função pública e taxas de juro no crédito à habitação muito acessíveis no primeiro semestre, acabaram por impulsionar o consumo desta faixa de população. No segundo semestre com a aprovação do PEC 2 e PEC 3, desenvolveu-se um sentimento de incerteza permanente nos agentes económicos, que originou uma subida da poupança e quebra no consumo interno. O quadro político saído das eleições de 2009 continua a ser muito frágil, não sendo de excluir um cenário de eleições antecipadas, e novas medidas de austeridade para cumprir com os objectivos traçados no orçamento de 2011.

O mês de Novembro foi marcado por uma turbulência e instabilidade no mercado de

dívida pública portuguesa, que só acalmou após as intervenções maciças do BCE que comprou dívida pública e impediu que as taxas se afastassem do nível dos 7%. Esta instabilidade deveu-se à fraca execução orçamental do lado da despesa, e à baixa de rating da dívida pública. Portugal foi visto como um país que tem um elevado grau de probabilidade de incumprimento, uma vez que está a agora a financiar-se a taxas de longo prazo de 7%, quando o crescimento potencial ronda os 1,3%, que corresponde ao crescimento médio dos últimos 15 anos.

A economia portuguesa continua refém do elevado endividamento, da baixa produtividade e forte intervenção do Estado na economia, sendo previsível uma recessão em Portugal em 2011 e uma divergência da economia europeia nos próximos 5 anos.

A Economia Mundial em 2010

O ano de 2010 foi marcado pela retoma económica mundial com maior expressão para os países emergentes que foram o motor da procura em todos os mercados. O crescimento atingiu os 3,6% e o comércio mundial, de forma geral, retomou os valores da pré-crise, com a China e Alemanha a liderarem esta recuperação.

Países como o Brasil, África do Sul, Tailândia registaram fortes recuperações, e foram obrigados a subir as taxas de juro durante o

ano de 2010, numa tentativa de resfriar a economia interna.

Simultaneamente registou-se um fluxo de capitais dos países desenvolvidos para os emergentes o que obrigou a intervenção nos mercados cambiais dos bancos centrais destes países, tendo o Brasil liderado a contestação da política dos países desenvolvidos, de imprimir moeda, e apelidando-a de “guerra cambial”. De facto a economia mundial parecia esmorecer até Agosto de 2010, altura em que assistimos a uma discussão nos Estados Unidos sobre um eventual quantitative easing 2. Esta política consiste na monetização do défice, sendo financiada directamente pelo banco central procedendo este a emissão de moeda. O efeito natural e a desvalorização da moeda do país que prossegue este caminho. Os investidores, numa reacção a esta notícia, apressaram-se a vender dólares e a procurar rentabilidades em países em vias de desenvolvimento e com taxas de crescimento muito superiores às encontradas na Zona Euro ou Estados Unidos. Um exemplo do efeito desta política pode ser encontrado no Brasil, onde o superavit de mais de 15 mil milhões de dólares, com os Estados Unidos, se transformou num défice de 6 mil milhões, ao longo de 2010. Por outro lado registou-se o agudizar da crise soberana europeia, que culminou com intervenções na Grécia e na Irlanda. Em Maio e após a desconfiança dos mercados financeiros face à Grécia, a União Europeia uniu esforços com o FMI para uma intervenção de 110 mil milhões de euros,

evitando o que parecia ser o desmoronar do euro. A Europa dividiu-se substancialmente nestes apoios, pois enquanto os países periféricos defendiam a emissão de eurobonds como forma de escapar a uma intervenção do FMI, países como a Alemanha, Luxemburgo, Holanda e França, opunham-se a esta solução dado que poria em risco o seu rating, pois seriam estes países, em última análise, os garantes de uma emissão deste tipo. Corriam o risco de ver as suas taxas de juro de longo prazo dispararem e assim contaminar uma recuperação interna, também ela baseada em taxas de juro baixas para os seus agentes económicos. Após vários meses em que os responsáveis políticos negavam a necessidade de uma intervenção, mostrou-se necessária quando o mercado cortou o financiamento à Grécia e as taxas de longo prazo ultrapassaram os 12%. O caso irlandês foi semelhante, a União Europeia pressionou a Irlanda a aceitar ajuda assim que as taxas ultrapassaram os 9%. Estes casos são diferentes do que se passou em Portugal, mas o mercado parece sofrer do efeito de contágio. Se é verdade que Portugal não mentiu nas suas estatísticas à União Europeia, nem teve um sector financeiro exposto a activos tóxicos, como a Irlanda, também é verdade que a dívida pública ultrapassou os 100%, se contabilizarmos os custos com as parcerias publico privadas e as taxas de juros de longo prazo ultrapassaram os 7%, nuns país cujo crescimento médio dos últimos 15 anos se

cifrou no 1,3% ano. Ou seja, Portugal esta sucessivamente a aumentar a sua dívida sem correspondência na criação de riqueza, o que a longo prazo significa que as gerações futuras terão um fardo muito elevado que só poderá desaparecer com uma reestruturação da dívida ou da economia.

Os efeitos da crise grega obrigaram ainda a Europa a criar o Fundo Europeu de Estabilização Financeira, que emitirá até 440 mil milhões de euros em obrigações para ajudar os países que solicitarem ajuda à EU e FMI. Este fundo pode ser ainda reforçado com verbas da Comissão Europeia até 60 mil milhões de euros, com verbas do orçamento da EU como colateral, no que se chama de Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira.

Esta turbulência conduziu a cotação do euro a mínimos dos últimos anos face ao dólar americano e a mínimos históricos contra o franco suíço. A Suíça beneficiou da turbulência europeia, na medida em que populações com receio de que o euro desaparecesse transferiram elevados montantes das suas poupanças para este país, que se viu obrigado a intervir no mercado cambial, tendo comprado mais de 200 mil milhões de dólares para tentar sustentar a alta do franco. Também a Alemanha beneficiou da crise, pois com o euro 15% mais fraco as exportações dispararam principalmente para o Oriente, contribuindo para que a Europa se mantenha o principal parceiro comercial da China. As exportações foram o motor da economia alemã, conduzindo o optimismo do país a

máximos de anos e o desemprego a mínimos quase históricos.

Durante 2010 efectuaram-se várias reuniões do G20 onde apenas reiteraram a necessidade de reformas no sistema financeiro mundial. O mundo vive fortes dicotomias com os países desenvolvidos a necessitarem de estímulos orçamentais num ambiente de financiamento difícil, ao mesmo tempo em que as economias emergentes vivem momentos de forte pujança económica. Foram realizados testes de stress nos principais bancos europeus, que mostraram a necessidade de aumentos de capital em 6 bancos, algumas caixas espanholas, um banco alemão e um banco irlandês. Estes testes foram rodeados de algumas críticas dado que não previram uma reestruturação da dívida europeia, que implicaria um haircut nas carteiras de obrigações dos bancos europeus. Dois meses após a realização destes testes o sistema financeiro irlandês entra em colapso, com a necessidade da injeção de mais de 25 mil milhões de euros no Allied Irish Bank. Esta crise culminou na criação de um *bad bank* que iria assumir os créditos duvidosos e activos tóxicos, mas com um custo associado - a intervenção do FMI, dada a desconfiança na capacidade de pagamento destes valores por parte da Irlanda e que representam um défice de 32% do PIB.

Os países em vias de desenvolvimento continuaram o seu reforço no FMI, com estes a



aumentarem o seu poder e o banco central europeu realizou um aumento de capital de 5 mil milhões de euros, para fazer face a eventuais perdas devido as compras de obrigações que está a realizar de países como Portugal, Grécia ou Irlanda, numa tentativa de sustentar as taxas de juro de longo prazo, e permitir aos governos não perderem o acesso aos mercados.

No ano de 2010 assistimos a fortes subidas nas matérias-primas, fruto da necessidade de diversificação dos investidores, da incerteza e desconfiança relativamente as moedas consideradas seguras, e do aumento real da procura principalmente sustentada pelas economias emergentes. O ouro bateu máximos históricos contra o usd tendo fixado os 1430 usd, e transaccionou acima dos 1000 euros contra a moeda europeia. Já as matérias-primas agrícolas registaram subidas muito expressivas, em resultado quer da diversificação dos investidores quer dos efeitos das alterações climáticas que estão a ter efeitos nocivos nas colheitas, colocando em perigo as populações mais pobres que destinam a maioria do seu rendimento a alimentação. Exemplo deste aspecto foram os incêndios na Rússia que provocaram uma subida de mais de 40% no preço do trigo em algumas semanas. O investimento financeiro em commodities agrícolas contribuiu para o aumento de preços, pois aumentou \$60 biliões em 2010, sendo que os activos agrícolas sob gestão representam \$360 biliões face a \$10 biliões no ano 2000. Este cenário de pressão nos preços das matérias-primas

pode despoletar uma subida na taxa de inflação num período em que os países desenvolvidos ainda não estão preparados para o seu combate. Poderá ser necessária uma alteração da política monetária com subida de taxas de juro para conter a alta da inflação.

De facto esta crise de confiança teve um efeito pernicioso nos agentes económicos de forma geral, com as famílias e empresas a guardarem mais liquidez com receios de falência do sistema financeiro. Este pode ser um rastilho difícil de conter dado que muitas famílias ao depararem-se com o fenómeno de inflação, poderão optar por investir e gastar a sua liquidez em vez de aplicarem junto do sistema financeiro.

Na zona Euro as taxas de referência mantiveram-se nos 1% com perspectiva de manutenção primeiro semestre de 2011. A subida de taxas de juro já esta a ocorrer em muitos países da zona euro via mercado financeiro, com os juros exigidos a serem muito superiores ao do banco central por via da crise soberana.

O combate à crise financeira de 2007 deixou todas as economias desenvolvidas numa situação muito frágil e que limitará muito a capacidade de investimento do sector público nos anos vindouros. Torna-se evidente para os mercados que os países atingiram o seu limite de endividamento com os Estados Unidos a passarem despercebidos por agora. No entanto este poderá

ser o maior problema da

segunda década do milénio, dado que a maioria dos seus Estados estão insolventes e a dívida pública americana atinge já os 14,5 triliões de dólares, ou 100 % do PIB.

Os Estados confiam agora na credibilidade dos seus bancos centrais para manterem o crédito às instituições financeiras e que estas continuem a financiar o próprio Estado e privados.

Uma visão DIFerente da crise soberana

A crise soberana é resultado da desconfiança de investidores em relação a alguns países. As injeções de liquidez feitas através de programas de obras públicas, muitas economicamente inviáveis, apenas para manter actividade económica apresentam agora um custo muito elevado, o da perda de credibilidade. Esta crise para além dos excessos vividos, representa uma crise de confiança nos líderes políticos que não souberam antecipar, o clima de desconfiança, associado à deterioração das contas públicas. Assim as crises soberanas não são uma crise de liquidez, dado que ela existe e está refugiada em moedas mais fortes como o franco suíço, iene e mais recentemente ouro, que se tornou uma moeda. Por exemplo se realmente fosse necessário resolver o problema de liquidez do sistema financeiro não haveria dificuldades em arranjar financiamento via aumento de capital. Trata-se de uma questão de luta de poder. Se novos accionistas entrarem no capital dos bancos aos preços actuais, os antigos accionistas serão diluídos

e muitas vezes dizimados. Daí a relutância dos actuais accionistas de instituições a aceitarem a necessidade de aumentos de capital até ser tarde demais e com um custo demasiado elevado para os contribuintes. Neste aspecto os Estados Unidos foram pioneiros ao impor ajudas a todas as instituições numa primeira fase e posteriormente em obrigar a aumentar o capital das consideradas mais fracas. Algo que não foi possível na Europa pela dificuldade de perda de poder.

Os mercados financeiros irão continuar a desenvolver um papel fundamental na prosperidade da economia e desalavancagem através da transformação da dívida em capital próprio, que possa em última análise ser negociada em bolsa.

Este ano os investidores continuaram a tendência registada no final de 2009 com o refúgio em activos reais. É natural que as matérias-primas sofram correcções mas o seu preço deverá manter-se sustentado durante o ano de 2011. Já o euro deverá conseguir sair ileso desta crise de dívida soberana da Europa e ver a sua posição reforçada nos mercados internacionais, à medida que os investidores se focam no problema americano. Não é de excluir problemas geopolíticos nos próximos dois anos e uma escalada dos preços do petróleo.

Assim cremos que os investidores devem permanecer atentos e esperar alguma turbulência no ano de 2011, apesar da tendência positiva que os mercados accionistas deverão

verificar. Os maiores perigos virão do aumento da taxa de juro na China que poderá resfriar demasiado a recuperação económica e o fim do quantitative easing por parte da Reserva Federal.

Os Mercados Financeiros em 2010

1- Taxa de juro

Os mercados de taxas de juro mantiveram a tendência registada no final de 2009. As taxas de juro mantiveram-se em níveis historicamente baixos, atingindo os 0,25% nos Estados Unidos e 1% na Europa. A Euribor a três meses manteve-se estável grande parte do ano, com tendência de subida no a partir de Julho, tendo estabilizado na taxa directora do BCE. Mantemos a visão que a inflação já registada no último mês de Dezembro, um pouco por toda a Europa, possa obrigar o BCE a aumentar mais cedo a sua taxa directora.

O aumento do risco das dívidas soberanas fez disparar o custo do dinheiro de alguns países, tendo os spreads face aos bunds alemães atingido máximos históricos. Os prémios de risco exigidos são directamente proporcionais com a percepção de incumprimento do país, apresentando-se como um risco endémico de toda a zona euro.

Estes prémios de risco tão díspares deveriam implicar que os próximos testes de stress considerassem ajustes de haircuts nas obrigações de dívida europeia com consequên-

cias para os rácios de solvabilidade na banca europeia.

2- Os mercados accionistas

Os mercados apresentaram performances diferenciadas. Enquanto os países periféricos registaram fortes perdas, fruto da subida de taxas de juro, perda de competitividade das empresas e fuga de investidores, os mercados mais desenvolvidos, o alemão ou americano, registaram fortes ganhos. A recuperação das exportações alemãs e consumo interno associado a taxas historicamente baixas a produzirem resultado junto dos consumidores alemães, teve um efeito de alavanca de todas as economias europeias. O sector automóvel foi o que mais se destacou fruto da sua grande exposição a China agora o maior mercado automóvel do mundo e com perspectivas muito animadoras. O mês de Agosto foi o mais preocupante pois os mercados registaram fortes quedas devido a noção de que a recuperação mundial estava em risco. Após a intervenção da Reserva Federal ao inicial o quantitative easing 2, os mercados continuaram a sua tendência de alta, o que deixa antever um período difícil próximo de Maio de 2011, quando os estímulos monetários terminarem. Também o facto de a Alemanha ter proposto que os obrigacionistas participassem nas perdas de eventuais reestruturações, tornou mais atractivas as acções dado que muitas

apresentam dividendos elevados e baixo risco. Esta eventual alteração no estatuto das obrigações após 2013 poderá ter consequências importantes nas seguradoras e em todos os produtos de capital garantido que se baseiam em obrigações. O sector financeiro continuou sob forte pressão fruto dos testes de esforço, novas regras de capital aprovadas (Basileia III) e necessidade de solidificar os seus balanços.

Síntese da actividade da DIF Broker

O ano de 2010 foi marcado por resultados recorde, em todos os indicadores analisados, volume de negócios, clientes activos, novos clientes. Nos primeiros dois meses do ano, a Dif Broker teve um desempenho negativo, devido à forte baixa dos mercados onde os principais clientes da Dif Broker operam. No entanto a partir de Março, com a recuperação sustentada dos mercados, os resultados mensais da Dif Broker foram sempre positivos. Os resultados apresentam uma forte correlação com o mercado e volumes negociados.

O número de clientes da Dif Broker, numa conjuntura adversa para os mercados emergentes, aumentou 45,96%, resultado do esforço de todos os colaboradores envolvidos e focalizados numa expansão sustentável da empresa. O volume de transacções verificou um aumento sustentado durante todo o ano tendo atingido um crescimento de 158% em relação a Dezembro de 2009. O volume total em CFD's foi de 14 mil

milhões de euros consolidando a Dif Broker na quarta posição no mercado português com 14% por cento de quota de mercado. Na actividade de gestão de carteiras os recursos captados registaram um aumento semelhante, em cerca de 345%. Os recursos totais captados atingiram um aumento de 232%, demonstrando a forte imposição da marca DIF nos mercados em que está envolvida.

Ao longo de 2010 a Dif Broker introduziu novos produtos financeiros, como os CFD's de matérias-primas e novos mercados, na plataforma de negociação Dif Freedom. A Dif Broker continua concentrada no crescimento sustentado em dimensão, diversificação geográfica e oferta um serviço de excelência aos seus clientes.

Perspectivas da actividade da DIF Broker

Em 2007 a Dif Broker iniciou o seu processo de internacionalização, que continuará a ser um motor primordial para transformar a Dif Broker numa corretora global. Durante 2010 a Dif Broker traduziu o seu site para polaco e iniciou o processo de LPS – Livre Prestação de Serviços na Polónia. Também ao nível dos serviços prestados ao cliente a Dif Broker inovou. Tornou-se a primeira corretora a disponibilizar a possibilidade de reforço de fundos dos clientes, através do cartão de crédito. Este é um passo dado no sentido de adaptar o leque de serviços aos



mais elevados padrões internacionais e que consolidam a Dif como pioneira e dinamizadora nos mercados onde opera.

A Dif Broker continua o seu processo de internacionalização, sendo que estes mercados já representam mais de 80% da facturação. A prioridade foi a consolidação da marca Dif em Espanha, com a participação na feira de investimento de Madrid - Bursalia e em Barcelona, assim como a manutenção da parceria com os americanos da Dorsey Wright and Associates.

Já em 2011 a Dif Broker foi galardoada pelo segundo ano consecutivo o melhor Broker da Europa ocidental. Este prémio é o reconhecimento de todos os colaboradores da Dif Broker, dos seus conhecimentos nesta área específica, o esforço na expansão internacional e a confiança numa marca portuguesa. A Dif Broker tem mais um incentivo para continuar a sua estratégia de crescimento e inovação dos serviços aos seus clientes e agradece à sua comunidade toda a confiança que lhe permitiu mais uma vez alcançar este prémio.

Neste quadro macroeconómico difícil e de forte desconfiança nas instituições financeiras a Dif Broker continuará a apostar no reforço dos seus capitais próprios, como forma de transmitir credibilidade e confiança dos seus clientes, seguindo os conselhos do Banco de Portugal quanto a retenção de resultados.

Análise das Demonstrações Financeiras

O Balanço da DIF Broker no final de 2010 demonstra solidez consolidação e sustentabilidade dos seus resultados. Estes foram alcançados num elevado nível de incerteza e num ambiente adverso ao investimento.

A Dif Broker registou apenas dois meses de perdas, fruto do primeiro abalo sobre a dívida soberana europeia vivida em Janeiro e Fevereiro de 2010. Este abalo provocou fortes perdas na bolsa portuguesa e espanhola, que gerou elevados níveis de incerteza junto dos clientes da Dif Broker, que são oriundos sobretudo destes mercados.

A Administração crê que as demonstrações financeiras, ora apresentadas, reflectem a realidade da empresa, e o reconhecimento dos esforços enveredados para criar uma empresa sólida e de referência em Portugal na área dos serviços financeiros.

Os resultados líquidos após impostos são de €234.067. Os Fundos Próprios atingiram os €1.400.00 que consolidam a situação financeira da Dif Broker, nomeadamente quando o peso destes fundos ascende a 63% do Capital Social e o rácio de solvabilidade a 28%. O Cash Flow gerado pela empresa a € 345.000. A empresa beneficiou pelo último ano do crédito fiscal resultante de prejuízos obtidos em exercícios anteriores. O produto bancário consolidou-se acima dos dois milhões de euros.

O ano de 2010 apesar de difícil foi terminado



com resultados recorde e que demonstram o esforço empreendido na captação de clientes e rentabilização da base já existente através da diversificação de produtos financeiros oferecidos.

A Administração pede que sejam aprovadas as contas e propõe que o resultado líquido do exercício, no valor de € 234.067, sejam transferidos para a conta de resultados transitados.

Eventos Subsequentes

A Dif Broker tem em tribunal um processo colocado por um cliente institucional, e que esta administração considera não ter qualquer fundamento. A decisão da primeira instância foi favorável à Dif Broker no sentido de a absolver de qualquer indemnização pedida. Esta decisão foi conhecida a 24 de Janeiro de 2011.

DECLARAÇÃO SOBRE A POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO FISCAL ÚNICO DA DIF BROKER SOCIEDADE CORRETORA, S.A.

De acordo com a lei, compete à Assembleia Geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização. Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 2.º, n.º 1 da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2010, de 26 de

Janeiro (Diário da República, 2.ª Série, de 9 de Fevereiro de 2010), é dever do Conselho de Administração submeter, anualmente, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral declaração sobre política de remuneração dos membros do Conselho de Administração e do Fiscal Único da Sociedade

Por conseguinte e com o objectivo de providenciar informação clara e detalhada sobre a referida política de remuneração relativa ao ano de 2011, o Conselho de Administração apresenta e submete à consideração de V. Exas. a presente declaração, com vista a pormenorizar os princípios orientadores adoptados e o modo como se pretende assegurar a necessária mitigação de riscos de gestão e o alinhamento dos interesses dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização com o interesse da Sociedade.

I – Princípios Orientadores da Política de Remuneração

Os princípios gerais orientadores da política de remuneração têm sido e devem ser os seguintes:

- a) Definição de uma política simples, clara, transparente e alinhada com a cultura da Sociedade;
- b) Definição de uma política consistente com uma gestão e controlo de risco eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e os conflitos de interesses, por um lado, e pro-

curando a coerência com os objectivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;

c) Definição de uma política competitiva, tendo em consideração as práticas do mercado, e equitativa, sendo que a prática remuneratória deve assentar em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;

d) Alinhamento da política de remuneração com as melhores práticas e as tendências recentes no sector financeiro, a nível nacional e internacional, com o objectivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: i) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; ii) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável; iii) o pagamento de uma parte da remuneração variável em instrumentos financeiros;

e) Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respectivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade.

II - Política da Sociedade

Em conformidade com o exposto, a política de remuneração deve estar directamente re-

lacionada com o risco e a dimensão que a instituição pode assumir por si e ao mesmo tempo pelo risco sistemático que assume perante o mercado.

A política de remuneração sempre que aprovada ou revista estará acessível a todos os colaboradores e será do conhecimento destes.

A avaliação do desempenho é vista como uma técnica de gestão que visa melhorar a performance individual e colectiva e assim tornar os sistemas de recompensa mais justos e ao mesmo tempo criar maior motivação nos colaboradores.

Será feita uma avaliação da produtividade dos colaboradores por via do desempenho da área funcional e avaliação de competências, nomeadamente através dos seguintes critérios:

- a) N.º de faltas;
- b) Desempenho da sua área funcional - corretagem, gestão, research;
- c) Respeito pelas regras;
- d) Assiduidade;
- e) Envolvimento com a organização;
- f) Ideias e contribuições apresentadas à administração.

Estes critérios serão objecto de análise na última reunião de cada ano, a realizar pelo Conselho de Administração.

Esta política de remuneração está igualmente dependente da prestação da Dif Broker,



nomeadamente da sua taxa de crescimento, assim como do resultado líquido em relação ao ano transacto.

O limite máximo fixado para a remuneração variável será de 100.000 euros, por Administrador ou Colaborador.

III – Componentes da Política de Remuneração

De acordo com os princípios antecedentes, assume-se o seguinte:

- a) A Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais deve enquadrar-se nas directrizes da Sociedade formuladas de acordo com as melhores práticas existentes no sector;
- b) Neste contexto, sem prejuízo da inexistência de Comissão Executiva como tal constituída, distingue-se entre Administradores que exercem funções executivas na sociedade e os que não exercem;
- c) Relativamente aos que não exercem funções executivas não há lugar a remuneração. Em consequência, as regras de remuneração a seguir referenciadas apenas são aplicadas aos Administradores com funções executivas;
- d) As directrizes reflectem-se ainda no processo de avaliação dos administradores que, em síntese, é o seguinte:

- (i.) O Presidente do Conselho de Administração é avaliado pela Assembleia Geral;

- (ii.) Os restantes Administradores são avaliados pelo Presidente do Conselho de Administração da própria Sociedade

e) O Fiscal Único é remunerado pela prestação de serviços de Revisor Oficial de Contas, em montante fixo, determinado em linha com os critérios e práticas utilizados no mercado, atenta a dimensão do negócio e do mercado em Portugal;

f) O Responsável pelo Controlo Interno é remunerado pela prestação de serviços de Compliance, unicamente em montante fixo.

1. Remuneração Fixa Anual

- a) A Remuneração Fixa é paga 14 vezes por ano;
- b) A Remuneração Fixa Anual dos administradores é determinada tendo em conta os resultados da Sociedade, a avaliação de desempenho e as referências do mercado, salvaguardadas as diferentes especificidades e dimensões;
- c) A Remuneração Fixa dos administradores tem os limites que forem fixados anualmente pela Assembleia Geral, não devendo representar, em 2011, uma parcela inferior a 50 % da Remuneração Total Anual.

2. Remuneração Variável

No caso da administração, uma percentagem



de até 50% da Remuneração Variável deve ser distribuída sob a forma de acções da empresa.

Para tal o Conselho de Administração da Dif Broker deverá exercer uma das seguintes diligências:

- a) Garantir a compra de acções junto dos seus accionistas para poder exercer esta obrigação;
- b) Caso não haja disponibilidade de venda, propor um aumento de capital no montante total da remuneração variável a ser distribuída na forma de acções.

Os colaboradores que não tenham funções de administração apenas poderão vender as suas acções um ano depois da sua distribuição, enquanto os administradores deverão manter as acções até final do mandato para que foram nomeados.

Os administradores não executivos não poderão receber qualquer remuneração em acções.

No caso de dispensa de colaborador e que seja apurada responsabilidade em actos contra a empresa este poderá não ter direito a qualquer remuneração variável.

Actualmente a Dif Broker tem aprovada a distribuição de remuneração variável sempre que a empresa atinja mais de 100.000 euros de resultados líquidos, montante a partir do qual distribui 10% dos resultados pelos seus colaboradores.

Quanto maior for a responsabilidade do colaborador mais diferida no tempo será a sua remuneração variável, que deverá ser reflectida sobretudo no tempo de indisponibilidade das acções para venda.

No caso de serem imputados à Sociedade, por accionistas ou por terceiros, responsabilidade por actos de gestão, a remuneração variável poderá, mediante decisão dos accionistas, ser suspensa até ao apuramento de tais pretensões e, no caso de serem consideradas procedentes, não será atribuída a respectiva remuneração enquanto não estiverem liquidados tais danos.

Esta política de remuneração variável será objecto de revisão anual pelo Conselho de Administração e revista pelo Compliance que deverá indiciar no seu relatório anual a conformidade com o Aviso 1/2010 do Banco de Portugal que se refere a remunerações variáveis, bem como emitir uma Declaração de Conformidade onde incluirá as deficiências encontradas.

ESTRUTURA E PRRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO DA DIF BROKER

A Dif Broker tem capital social de 1.990.000 euros dividido em 3.980.000 acções, com o valor nominal de 50 cêntimos cada. As acções são nominativas sendo a estrutura accionista a seguinte:

Titular	Capital	% de Participação	Nº. de acções detidas a 31/12/2010	Nº Votos
Emerging Trad	1,129,324.50	57%	2,258,649.00	2,258,649.00
Voilpart SGPS	386,458.00	19%	772,916.00	772,916.00
Paulo Pinto	201,200.00	10%	402,400.00	402,400.00
Outros	273,017.50	14%	546,035.00	546,035.00
Total	1,990,000.00	100%	3,980,000.00	

Não existem cláusulas especiais em matéria de direitos dos accionistas, restrições ou limitações à sua transmissibilidade ou alienação. No entanto em operações de aumento de capital social, os accionistas têm direito de preferência na proporção das acções que possuem, quer na subscrição das novas acções, quer no rateio daquelas, relativamente às quais tal direito de preferência não tenha sido exercido.

Os órgãos sociais da sociedade são a Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Fiscal Único.

A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas com direito de voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam, e até oito dias antes da realização da Assembleia.

O Conselho de Administração é eleito pela Assembleia Geral, em mandatos de três anos, sendo sempre permitida a sua reeleição e é composto por um presidente e quatro vogais, encontrando-se delegado numa comissão executiva, composta pelo presidente e dois vogais, a totalidade dos poderes de representação e gestão da sociedade, à excepção das matérias incluídas nas alíneas a) a d), l) e m) do art.º 406 do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração reúne-se com uma periodicidade tendencialmente mensal.

A Fiscalização da Sociedade compete ao Fiscal Único, havendo um suplente, ambos eleitos por um período de dois anos, pela Assembleia Geral, devendo ambos ser Revisor Oficial de Contas ou Sociedades de Revisores Oficiais de Contas.

As alterações de estatutos ou aumento de capital devem ser objecto de proposta do Conselho de Administração para aprovação em Assembleia Geral.

Não existem acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem, em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como efeitos respectivos.

Não existem acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração ou traba-

lhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma oferta pública de aquisição.

O valor individual das remunerações do Conselho de Administração importa e €21.000 anuais, sendo o valor agregado de €42.000. O Fiscal Único auferirá a remuneração anual de €18.500.

Balancos da Dif Broker, Sociedade Corretora, SA, a 31 de Dezembro 2010 e 2009

Eur

Rubricas da Instução 23/2004	Notas Quadros e anexos	Ano 2010			Ano anterior 2009
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor liquido 3=1-2	
Activo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais		235		235	287
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1	20,204,132		20,204,132	9,605,375
Aplicações em Instituições de Crédito	2	1,255,083		1,255,083	830,000
Crédito a clientes	3/9	73,310	73,310	0	0
Investimentos detidos até à maturidade	4	19,564		19,564	6,610
Outros activos tangíveis	5	860,539	730,548	129,991	150,458
Activos intangíveis	5	792,444	756,331	36,112	0
Activos por impostos diferidos	6	0		0	55,262
Outros activos	7	1,235,999		1,235,999	513,132
Total do Activo		24,441,306	1,560,189	22,881,116	11,161,124
Rubricas da Instução 23/2004	Notas Quadros e anexos	2010			Ano anterior 2009
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1	Provisões, imparidade e amortizações 2	Valor liquido 3=1-2	
Passivo					
Recursos de clientes e outros empréstimos	8	20,039,946		20,039,946	9,440,847
Provisões	9	232,929		232,929	78,693
Passivos por impostos correntes	10	42,953		42,953	14,143
Outros passivos	11	1,122,002		1,122,002	418,221
Total do Passivo		21,437,830	0	21,437,830	9,951,904
Capital					
Capital	12	1,990,000		1,990,000	1,990,000
Prémios de emissão		125,000		125,000	125,000
Outras reservas e resultados transitados	12	-905,781		-905,781	-898,960
Resultados do exercício	12	234,067		234,067	-6,821
Total do Capital		1,443,286	0	1,443,286	1,209,219
Total do Capital + Passivo		22,881,116	0	22,881,116	11,161,124

Rubricas	Notas	Ano 2010	Ano 2009
Juros e rendimentos similares		27,195	30,620
Juros e encargos similares		1,491	1,385
Margem Financeira	13	25,704	29,235
Rendimentos de instrumentos de capital			
Rendimentos de serviços e comissões	14	2,711,936	1,341,446
Encargos com serviços e comissões	15	262,205	4,675
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (liquido)			
Resultados de activos financeiros disponiveis para venda (liquido)			
Resultado de reavaliação cambial (liquido)			
Resultados de alienação de outros custos activos			
Outros resultados de exploração	16	208,478	102,187
Produto Bancário		2,683,913	1,468,193
Custos com o pessoal		390,455	218,124
Gastos gerais administrativos	18	1,800,926	1,084,227
Depreciações e amortizações	Anexo II	42,006	62,309
Provisões liquidas de reposições e anulações		153,976	47,819
Correcções de valor ass. ao crédito a cl. e valores a rec. de outros dev. (liq. de rep. e anulações)			
Imparidade de outros activos financeiros liquida de reversões e recuperações			
Imparidade de outros activos liquida de reversões e recuperações			
Resultado Antes de Impostos		296,551	55,713
Impostos			
Correntes		62,484	4,949
Diferidos			57,585
Resultado Após Impostos		234,067	-6,821
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuados			
Resultados Líquido do Exercício		234,067	-6,821
Nº acções da Sociedade		3,980,000	3,980,000
Resultados por acção		0.06	0.00

Demonstração da Variação nos Capitais Próprios

Rubricas	Capital	Ações Próprias	Prémios de Emissão	Outras Reservas e Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
Saldos em 31.12.2009 (em NCA's)	1,990,000	0	125,000	-898,960	-6,821	1,209,219
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior	0	0	0	-6,821	6,821	0
Resultado líquido do período	0	0	0	0	234,067	234,067
Outras variações em capital próprio	0	0	0	0	0	0
Saldos em 31.12.2010 (em NCA's)	1,990,000	0	125,000	-905,781	234,067	1,443,287
Saldos em 31.12.2008	1,990,000	0	125,000	-859,668	39,292	1,294,624
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior	0	0	0	-39,292	-39,292	-78,584
Resultado líquido do período	0	0	0	0	-6,821	-6,821
Aumentos de Capital Social	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31.12.2009 (em NCA's)	1,990,000	0	125,000	-898,960	-6,821	1,209,219

Rubricas	Eur	
	2010	2009
Resultado do período	234,067	-6,821
Ganhos/Perdas liquidas em títulos disponíveis para venda		
Imposto diferido		
Ganhos/Perdas liquidas em diferenças cambiais		
Total do rendimento integral do período liquido de impostos	234,067	-6,821
Atribuido a:		
Accionistas da Dif Broker, SA	234,067	-6,821
Interesses minoritários		

Demonstração de Fluxos de Caixa para os Exercício de 2010 e 2009
Eur

	2010	2009
Actividades Operacionais		
Resultado Líquido do Exercício	234,067	-6,821
Ajustamentos		
Depreciações e Amortizações	42,006	62,309
Provisões	154,236	47,819
Resultados Financeiros	-25,704	-29,235
Impostos Diferidos	55,262	57,585
Diminuição das Dívidas de Terceiros	-11,117,852	-5,366,500
Aumento das Dívidas a Terceiros	11,302,883	5,393,720
Diminuição dos Custos Diferidos de Custos	0	-68
Aumento dos Passivos por Impostos Correntes	28,810	3,589
Fluxo de Caixa das Actividades Operacionais	673,707	162,398
Actividades de Investimento		
Recebimentos Provenientes de:		
Juros e Proveitos Similares	48,949	25,369
	48,949	25,369
Pagamentos Respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	12,832	0
Activos Intangíveis	50,000	0
Activos Tangíveis	7,651	0
	70,483	0
Fluxo de Caixa das Actividades de Investimento	-21,534	25,369
Actividades de Financiamento		
Recebimentos Provenientes de:		
Emprestimos Obtidos		
Pagamentos Respeitantes a:		
Emprestimos Obtidos		
Juros e Custos Similares	1,491	1,385
	1,491	1,385
Fluxo de Caixa das Actividades de Financiamento	-1,491	-1,385
Variações de Caixa e seus Equivalentes	650,682	186,383
Efeito das Diferenças de Câmbio		
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	1,029,131	842,748
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	1,679,813	1,029,131
Variações de Caixa e seus Equivalentes (Saldo final - Saldo Inicial)	650,682	186,383
Nota: A rubrica de "Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período" refere-se às rubricas Caixa, Depósitos à Ordem e Depósitos a Prazo, que dizem respeito ao património da Sociedade Dif Broker, SA e que totalizam 1.679.813€ 2010 e 1.029.131€ em 2009. No balanço a rubrica "Disponibilidades em OIC " inclui os créditos de clientes que estão em contas		

I. INTRODUÇÃO

A Dif Broker Sociedade Corretora SA, foi constituída em 1999, tendo iniciado a actividade de intermediação financeira no ano de 2000. Tem a sua sede social no Porto, um escritório em Lisboa e uma sucursal em Espanha, com dois escritórios, um em Madrid e outro em Barcelona. Está registada no Banco de Portugal, CMVM – Comissão de Mercados e Valores Mobiliários, CNMV – Comisión Nacional del Mercado de Valores e FSA – Financial Services Authority.

A Sociedade tem por objecto a realização de todas as operações permitidas às Sociedades Corretoras, nomeadamente:

- compra e venda de valores mobiliários por conta de terceiros;
- gestão de carteiras de clientes;
- consultoria de investimento;
- guarda de valores mobiliários;
- cobrança de rendimentos de valores mobiliários;
- exercício de outros direitos sociais e ainda outras actividades desde que autorizadas.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pelo Conselho de Administração em 26 de Janeiro de 2011 e

serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Accionistas.

II. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA) conforme definidas no Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal e de acordo com os modelos previstos na Instrução 18/2005 do Banco de Portugal.

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido – baseado nas regras definidas pelo aviso 3/2005 do Banco de Portugal.
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para as IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

As demonstrações financeiras foram preparadas na base do custo histórico, com base nos registos contabilísticos da Sociedade.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas nas demonstrações financeiras foram as seguintes:

1) Aplicações em Instituições de Crédito

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, após reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado. Subsequentemente estes activos são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva (que corresponde normalmente à taxa nominal), deduzido das perdas por imparidade, se aplicável. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. As perdas por imparidade, se existentes, são reconhecidas em resultados na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

2) Investimentos Detidos até à Maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade compreendem os investimentos em instrumentos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, sobre os quais existe a intenção e capacidade de os deter até à maturidade.

Reconhecimentos ao custo de aquisição sendo os juros registados em juros e rendimentos similares.

3) Activos Fixos Tangíveis

Encontram-se registados pelo seu custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade se existentes. As amortizações são calculadas por duodécimos pelo método das quotas constantes de acordo com as taxas máximas fiscalmente aceites como custo, as quais têm subjacente, os diferentes tipos de imobilizado de acordo com os períodos de vida útil a seguir indicados:

	Anos
Obras em Edifícios Arrendados	10
Equipamento	
Instalações	10
Mobiliário e material	8
Equipamento Informático	4 a 8
Outras imobilizações Corpóreas	8

Activos tangíveis adquiridos em locação financeira Os activos tangíveis adquiridos através de operações de locação, em que a sociedade detém todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem, são amortizados de acordo com o procedimento descrito no ponto anterior.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os passivos são reduzidos pelo montante correspondente à amortização do capital de cada uma das rendas e os encargos finan-

ceiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação.

4) Activos Fixos Intangíveis

Correspondem essencialmente a “software”, encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade se existentes. São registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se encontra nos três anos.

5) Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Os passivos financeiros representativos de depósitos de clientes e cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contra-prestação recebida, líquida dos custos de transacção directamente associados. Estes passivos não são remunerados.

6) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e esta possa ser determinada com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa da Sociedade de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

7) Transacções em Moeda Estrangeira

São reconhecidas pelo câmbio verificado no dia da transacção. Na data do balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos utilizando o câmbio de fecho. No caso da Dif Broker, o risco cambial é totalmente assumido pelo cliente, em moedas que não Euro. Os clientes com activos em moeda estrangeira estão sujeitas à valorização cambial apuradas dia 31 de Dezembro à taxa de câmbio equivalente ao fixing das 17 horas locais de NY, ou 22h de Lisboa.

8) Os Custos e Proveitos

São reconhecidos em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

9) Impostos Sobre o Rendimento do Exercício

É calculado e registado, quando aplicável, de



acordo com as normas fiscais vigentes. As Autoridades Fiscais podem rever a situação fiscal da Sociedade durante um período de 4 anos, da qual poderão resultar eventuais correcções aos resultados fiscais dos exercícios de 2007 a 2010.

III. ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILISTICAS

1) Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício de 2010 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

2) Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), verificaram-se emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, as quais não tiveram impactos nas demonstrações financeiras da Sociedade. Na Nota 24 encontram-se sumariadas as novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício de 2010.

IV. NOTAS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1 - DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica engloba os depósitos à ordem junto de:

Disponibilidades em Inst	31-12-2010	31-12-2009
Inst. de Crédito no País	121,010	138,802
Inst. de Crédito no Estrar	20,083,122	9,466,573
	20,204,132	9,605,375

Os montantes referidos no mapa incluem o património da Sociedade e o património de clientes.

O montante das disponibilidades afectas a clientes é de € 19.779.637 e encontra-se no balancete da Sociedade devidamente segregado.

2 - APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica engloba os depósitos à curto prazo junto de:

Disponibilidades em Instituições de Crédito	31-12-2010	31-12-2009
Instituições de Crédito no País	545,083	790,000
Instituições de Crédito no Estrangeiro	710,000	40,000
	1,255,083	830,000

O capital médio no ano de 2010 aplicado em instituições de crédito foi de €1.004.205/mês e a taxa média de remunere-

ração foi de 2.71%/ano. As aplicações referidas são património financeiro da DIF Broker Sociedade Corretora, S.A..

3 - CRÉDITO A CLIENTES

O detalhe desta rubrica era em 31 de Dezembro de 2010 e 31 de Dezembro de 2009 como a seguir se mostra:

	31-12-2010	31-12-2009
Crédito e Juros Vencidos		
Crédito a Clientes		
Crédito Interno		
De 1 a 5 anos	73,310	73,569
	73,310	73,569

Os saldos desta rubrica encontram-se totalmente provisionados e os saldos iniciais tiveram origem no exercício de 2003.

4 - INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

A sociedade detém Obrigações de Rendimento Fixo vencíveis no ano de 2014, constantes no activo registado pelo custo de aquisição.

À data de 31 de Dezembro de 2010 a carteira de títulos constituída, aumentou e, está de acordo com o Regulamento da CMVM nº2/2000 - Sistema de Indemnização de Investidores, criado pelo DEC. Lei nº 222/99 de 22 de Junho, com o objectivo de proteger os pequenos investidores.

Natureza e espécie dos títulos	Quant.	Valor Nominal	Valor Aquisição	Valor de Cotação	Valor de Balanço
B. TÍTULOS DE INVESTIMENTO					
Valores de rendimento fixo de outros emissores					
De dívida pública portuguesa					
A curto prazo					
A médio e longo prazos					
Obrigações do Tesouro					
O.T. Jun/05-2014	17.900	1	1,09	1,04	19.564
Total	17.900	1	1,09	1,04	19.564

5 - OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Os movimentos e saldos a 31 de Dezembro de 2010 nas rubricas outros Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis são apresentados no anexo II.

6 - IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS

Face aos resultados no exercício de 2010, os prejuízos fiscais foram totalmente consumidos neste exercício de 2010, pelo que o valor do imposto diferido registado em 2009, foi regularizado.

7 - OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Devedores e Outras Aplicações	150,665	117,103
Proveitos a Receber	4,119	26,000
Despesas com Custo Diferido	5,111	5,111
Outras Contas de Regularização	1,076,103	364,918
	1,235,999	513,132

A rubrica de devedores e outras aplicações engloba maioritariamente os saldos com o sector público administrativo.

O saldo da rubrica - outras contas de regularização corresponde ao valor das operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros realizadas nos últimos dias de Dezembro, cuja liquidação ocorreu nos primeiros dias de Janeiro.

8 - RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Credores por Op. Sobre Valores Mobiliários	19,773,341	9,407,470
Credores por Fornecimentos de Bens	266,605	33,377
	20,039,946	9,440,847

O aumento na rubrica de clientes e outros empréstimos justifica-se pelo facto de exercício económico de 2010, ter consolidado a estratégia de crescimento, sobretudo internacional, que tinha dado o primeiro impulso em 2009, com o crescimento da oferta de produtos do volume de transacções e do número de clientes activos. Estes factores em conjunto contribuem para o aumento significativo dos recursos de clientes, comparativamente com o exercício findo.

9 - PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Foram constituídas as provisões de acordo com o Aviso n.º 3/2005 do Banco de Portugal e desdobram-se em provisões para crédito vencido – outros créditos, e provisões diversas - para outros riscos e encargos.

Relativamente aos créditos vencidos, todos com uma antiguidade superior a 24 meses, estão provisionados, pela totalidade desde o exercício de 2002 (Nota 3). A sociedade diligenciou e continuará a diligenciar no sentido de recuperação dos créditos.

As provisões constituídas resumem-se no quadro seguinte:

Rubrica de Provisões	Saldo no início do ano	Movimento Acumulado de Provisões				Saldo Final
		Dotações	Utilizações	Anulações reposições	Transf.	
2. Para Crédito Vencido						
2.2. Crédito	73,569			260		73,309
9. Para Riscos Gerais de Crédito	874					874
13. Outras	77,819	154,236				232,055
Total	152,262	154,236	0	0	0	306,238

Relativamente à rubrica Outras esta contém as seguintes acções: Tribunal do Trabalho do Porto proferiu sentença a 13 de Janeiro de 2010, relativa a um processo movido por um ex-colaborador, e foi desfavorável à sociedade. Durante o exercício decorreram diligências no sentido de se chegar a acordo sobre o montante a liquidar. O montante previsível à data de encerramento das contas

era de €202.055, pelo que procedemos ao reforço do valor provisionado, em € 154.236, dado ser a estimativa mais fiável, apurada pelo departamento legal da sociedade, para fazer face a esta obrigação.

De acordo com o previsto na política contabilística referida no n.º 6) do capítulo II procede-se à divulgação dos passivos contingentes:

Foram identificados passivos contingentes no montante máximo de cerca de 196 mil euros em relação aos quais é convicção da Administração que não é provável o futuro dispêndio de recursos por parte da Sociedade.

10 - PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

O saldo desta rubrica respeita as retenções efectuadas por conta de terceiros que serão pagas em Janeiro de 2010.

11 - OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31-12-2010	31-12-2009
Custos a Pagar/Fornecedores	45,899	53,321
Outras Contas de Regularização	1,076,103	364,900
	1,122,002	418,221

A rubrica de custos a pagar / fornecedores engloba os montantes de gastos incorridos no exercício, cuja liquidação ainda não ocor-

reu. A principal componente é relativa a encargos com o pessoal – férias e subsídio de férias relativas a 2010, cujo pagamento irá ocorrer em 2011. As partes restantes são relativa a fornecimentos e serviços.

O saldo da rubrica - outras contas de regularização corresponde ao valor das operações de compra e venda de títulos por conta de terceiros realizadas nos últimos dias de Dezembro, cuja liquidação ocorreu nos primeiros dias de Janeiro.

12 - CAPITAL

O capital social da sociedade está representado por 3.980.000, acções com um valor nominal de 0.5€. Conforme o n.º 1 do artigo 95.º e do n.º 1 do artigo 196.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/82, de 31 de Dezembro, o valor do capital social mínimo exigido é de € 350.000.

	31-12-2009	Aumentos	Diminuições	31-12-2010
Capital	1,990,000			1,990,000
Prémio de Emissão de Acções	125,000			125,000
Reservas	1,237			1,237
Resultados Transitados	-900,197	-6,821		-907,018
Resultados Líq. do Exercício	-6,821	234,067	-6,821	234,067
	1,209,219	227,246	-6,821	1,443,287

13 - MARGEM FINANCEIRA

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:



	31-12-2010	31-12-2009
Juros e rendimentos similares		
Aplicações em Instituições Financeiras	27,195	30,620
Juros e Encargos similares		
Recursos de Outras Inst. de Crédito	1,491	1,385
Margem Financeira	25,704	29,235

O decréscimo dos rendimentos de aplicações em Instituições Financeiras prende-se com a remuneração das mesmas. Por condições de mercado, a taxa de juro média diminuiu de 2009 para 2010 em 1.37.

14 - RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os proveitos da sociedade estão distribuídos por dois produtos: corretagem e gestão de carteiras.

Proveitos por segmento de negócio	31-12-2010	31-12-2009
Comissões de Corretagem	2,546,051	1,313,727
Comissões de Gestão de Carteiras	123,561	27,719
Outras Comissões	42,326	0
	2,711,937	1,341,446

A variação dos rendimentos de serviços e comissões é resultado do esforço e investimento de crescimento sustentado que a Sociedade tem procurado nos últimos exercícios. Este crescimento baseia-se numa oferta mais diversificada de produtos assente na expansão internacional, que culminou com a abertura de mais uma agência de representação em Barcelona. A taxa de crescimento de clientes no exercício de 2010, foi de 86%, o que justifica a variação positiva

dos rendimentos para o dobro, mesmo em condições de mercado adversas.

No segmento da corretagem deu-se um aumento de 94% das receitas e no segmento de gestão de carteiras é muito superior o que comprova a crescente importância e procura deste serviço. O montante de carteira sob gestão, comparativamente a Dezembro de 2009, aumentou aproximadamente 250%.

As outras comissões referem-se a encargos cobrados quer pela manutenção de contas quer pela custódia de títulos, que até ao final do ano de 2009 existia isenção ou oferta destes serviços.

15 - ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica reflecte as comissões de liquidação, custódia e serviços bancários, suportados com o banco custodiante.

16 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Outros Proveitos e Lucros	31-12-2010	31-12-2009
Proveitos pela prestação de serviços	10,903	15,131
Comissões de Retrocessão	172,888	86,414
Outros	24,687	642
	208,478	102,187

A evolução das comissões de retrocessão está



associada à exposição dos clientes ao risco e consequente utilização de instrumentos financeiros sujeitos a kickbacks. A duplicação desta receita está relacionada com o aumento do número de clientes que utilizam estes instrumentos financeiros.

17 - REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Órgãos Administração: €42.000€
 Órgãos de Fiscalização: €36.950 sujeito a Iva

18 - GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

A estratégia de crescimento, nomeadamente em Espanha, traduziu-se por um aumento dos gastos associados. Assim comparativamente com o período homólogo verifica-se aumentos significativos na rubrica de consultoria financeira – Espanha que estão directamente relacionados com a angariação e acompanhamento de clientes. Os gastos incorridos com rendas e alugueres estão relacionados com a abertura de um escritório em Barcelona embora só contemple uma parte do ano.

Seguindo a estratégia de controlo operacional a nível de custos, todas as rubricas não sofreram variações significativas como se pode observar no mapa seguinte em comparação com o ano anterior.

Rubricas	31-12-2010	31-12-2009
Água Energia e Combustíveis	15.028	14.080
Material e Utensílios de Desgaste Rápido	6.121	
Rendas e Alugueres	116.413	109.606
Comunicações e Despesas de Expedição	49.144	45.363
Deslocações e Estadas	45.942	49.492
Publicidade	23.825	30.454
Custos com o Trabalho Independente	31.112	23.061
Serviços Especializados - Informática	37.577	36.979
Serviços Especializados - Informações	66.775	64.862
Serviços Especializados - Auditoria, Formação, Limpeza	39.577	37.980
Serviços Especializados - Entidades Financeiras	13.900	11.408
Serviços Especializados - Consultoria Financeira Portugal	76.320	135.703
Serviços Especializados - Consultoria Financeira Bulgária	5.426	11.971
Serviços Especializados - Consultoria Financeira Espanha	1.261.131	534.488
Outros	12.635	17.807
Ajustamentos Campanha de Publicidade		-39.027
	1.800.926	1.084.227

19 - CARTEIRAS DE ACTIVOS SOB GESTÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 a Sociedade tinha carteiras sob gestão no montante de € 9.783.670 – nove milhões, setecentos e oitenta e três mil, seiscentos e setenta euros (€ 2.833.130 – dois milhões oitocentos e trinta e três mil, cento e trinta euros em 2009).

20 - EXTRAPATRIMONIAIS

A rubrica de contas extra patrimoniais totalizava a 31 de Dezembro de 2010 o montante de €73.799.822 (setenta e três milhões, setecentos e noventa e nove mil, oitocentos e vinte e dois euro), este

valor incorpora as responsabilidades com o Sistema de Indemnização a Investidores, o Depósito e Guarda de Títulos, os valores Administrados pela Instituição e os Serviços Prestados por Terceiros.

21 - PARTES RELACIONADAS

Tendo em conta as definições da Norma Internacional de Contabilidade nº 24, seguidamente apresenta-se a lista de partes relacionadas da Sociedade:

Os Accionistas a 31 de Dezembro de 2010 com mais de 2% das acções da Dif Broker eram:

- Emerging Trade, Comercio Electrónico, SA
- Paulo Pinto (*)
- Pedro Lino (*)
- Voilpart, SGPS, SA
- Carlos dos Santos
- Adolfo Trigueiro (**)
- Anabela Faria

(*) – Via participação na Emerging Trade S.A.

(**) – Considerando a participação na Inverval, Estratégias e Inversiones, SL
Os elementos do Conselho de Administração:

- Pedro Miguel de Oliveira Lino
- Paulo Alexandre Marques Mendes Pinto
- Adolfo Alonso Trigueiro
- Horácio Manuel Piriquito Casimiro
- Adriano Monteiro Martins

As Sociedades onde os accionistas ou membros do Conselho de Administração têm influência significativa:

- Emerging Trade, Comércio Electrónico, S.A
- Inverval, Estratégias e Inversiones, SL.

Os saldos em 31 de Dezembro de 2010 e as transacções realizadas no exercício com partes relacionadas, dizem respeito somente à Inverval, Estratégias e Inversiones, SL e totalizam o seguinte:

Rubrica	Accionistas	Membros do Conselho de Administração (CA)	Sociedades onde accionistas ou membros do CA têm influência significativa
Outros Passivos			243.360
Gastos Gerais Administrativos			1.235.249

As remunerações dos órgãos de administração encontram-se divulgadas na Nota 17 deste capítulo.

22 - RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerando as actividades da Sociedade e o facto de que a principal fonte de receitas advém das comissões recebidas relativas à actividade de corretagem e gestão de activos,



a exposição da Sociedade ao risco de instrumentos financeiros é nula. O risco de mercado das carteiras sob gestão pela Sociedade é assumido na totalidade pelos seus detentores, tendo em conta perfis previamente definidos no processo de abertura de conta.

Ao nível do risco de crédito, ou seja a probabilidade de perda devida à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Sociedade, limita-se à rubrica de disponibilidades e aplicações em Instituições de Crédito, na medida em que os restantes saldos se encontram adequadamente provisionados, e que a Dif Broker não concede crédito aos seus clientes. Quanto ao risco de liquidez, a segregação dos fundos provenientes de clientes assegura a sua completa disponibilidade para restituição ou uso quando assim requerido pelos mesmos.

23 - EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não foram identificados outros eventos subsequentes a 31 de Dezembro de 2010, que exijam ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras apresentadas.

24 – NORMAS E INTERPRETAÇÕES APLICÁVEIS AO EXERCÍCIO DE 2010

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes

emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010.

Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela EU sem efeitos nas políticas contabilísticas e divulgações adoptadas pela Companhia

IAS 7 (Melhoria) – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Clarifica que apenas os dispêndios que resultam no reconhecimento de activos podem ser classificados como fluxos de caixa de actividades de investimento. Neste sentido, em resultado da emenda à IAS 27, passam a ser considerados como fluxos operacionais alguns fluxos que até agora eram considerados de investimento (ex: fluxos relativos a custo de aquisição e variações subsequentes em pagamentos contingentes).

IFRS 5 (Melhoria) - Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações em Descontinuação

A melhoria clarifica que:

- quando uma subsidiária é detida para venda, todos os seus activos e passivos devem ser classificados como detidos para venda no âmbito da IFRS 5, mesmo quando a entidade irá reter um interesse que não controla na subsidiária após a venda;

as divulgações requeridas relativamente a activos não correntes, grupos disponíveis para venda ou operações descontinuadas são apenas as constantes da IFRS 5.

IFRS 3 (Revista) – Concentrações de actividades empresariais

Esta revisão vem trazer alterações significativas ao nível da mensuração e reconhecimento das concentrações de actividades empresariais efectuadas em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2009.

IFRS 2 (Emenda e Melhoria) – Pagamentos com base em Acções

A emenda efectuada na IFRS 2 vem clarificar a contabilização de situações nas quais uma entidade recebe a prestação de serviços ou produtos dos seus empregados ou fornecedores, mas cuja contrapartida financeira é paga pela sua empresa-mãe ou outra empresa do Grupo. A melhoria clarifica que a contribuição de um negócio para a formação de uma Joint Venture e combinações sob controlo comum não fazem parte do âmbito da IFRS 2.

IAS 1 (Melhoria) – Apresentação das Demonstrações Financeiras

Balanco: A melhoria clarifica que os termos de liquidação de uma responsabilidade dos quais possa resultar, em qualquer momento, a liquidação através da emissão de instru-

mentos de capital por opção da contraparte não afecta a classificação dos instrumentos convertíveis em corrente e não corrente na Demonstração da Posição Financeira.

Demonstração das alterações nos capitais próprios: Em resultado da emenda à IAS 27, torna-se necessário incluir duas linhas adicionais na Demonstração das alterações nos capitais próprios: (i) aquisição de subsidiárias e (ii) aquisição de interesses que não controlam, para reflectir transacções com proprietários resultantes de alterações na detenção de subsidiárias que não resultem em perda de controlo.

IAS 27 (Emenda) – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas

A alteração a esta norma é relativa às Demonstrações Financeiras separadas da Empresa detentora, suprimindo da IAS 27 a definição de método do custo e a distinção de resultados pré e pós aquisição. Assim, os dividendos de uma subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada, podem ser integralmente reconhecidos, tendo em atenção qualquer indicação de imparidade. Adicionalmente, a IAS 27 foi emendada para efectivamente permitir que o custo de um investimento numa subsidiária, em situações limitadas de reorganizações, seja baseado no valor contabilístico previamente reconhecido em vez do justo valor.

IAS 38 (Melhoria) – Activos Intangíveis

A melhoria:

- estabelece que se um intangível adquirido numa combinação de negócios for identificável apenas com outro activo intangível, os dois podem ser reconhecidos como um único intangível desde que tenham vidas úteis similares;
- clarifica que as técnicas de valorização para mensurar o justo valor de activos intangíveis adquiridos numa combinação de negócios são meros exemplos e não restringem os métodos que podem ser usados.

IAS 39 (Emenda e Melhoria) – Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração – itens cobertos elegíveis.

Esta emenda:

- clarifica que é permitida a designação de uma parte das alterações do justo valor ou variabilidade dos fluxos de caixa de um instrumento financeiro como um item coberto;
- refere que a inflação não é um risco identificável separadamente e não pode ser designado como um risco coberto a não ser que represente fluxos de caixa especificados contratualmente.

A melhoria introduz as seguintes alterações:

- A isenção de aplicação da norma em contratos que envolvam combinações de negócios só se aplica a contratos forward entre uma adquirente e um accionista vendedor com vista a comprar ou vender uma adquirida numa data futura e não a contratos deri-

vados em que é necessário que acções futuras venham ainda a ocorrer.

- Se numa cobertura de fluxos de caixa, a cobertura de uma transacção prevista resultar no reconhecimento subsequente de um activo ou passivo financeiro, os ganhos ou perdas que estejam reconhecidos no rendimento integral devem ser reclassificados para ganhos e perdas no mesmo período ou períodos em que os fluxos de caixa cobertos previstos afectem os lucros ou prejuízos.
- Considera-se que uma opção de pré-pagamento está intimamente relacionada com o contrato de acolhimento quando o preço de exercício reembolsa o mutuante numa quantia até ao valor presente aproximado dos juros perdidos durante o prazo remanescente do contrato de acolhimento.

IFRIC 18 - Transferências de activos provenientes de clientes

Esta interpretação tem por objectivo clarificar a forma de reconhecer imobilizado tangível ou caixa recebidos de clientes com o objectivo de serem usados para adquirir ou construir activos específicos, não sendo, por isso aplicável.

IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa

Esta interpretação esclarece sobre a forma de contabilização da distribuição de bens em

espécie aos proprietários, definindo que todos devem ter os mesmos direitos.

IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis

Esta interpretação esclarece quando e como deve ser reconhecido o rédito associado à construção de imóveis.

IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços

Esta interpretação aplica-se a operadores de concessões e clarifica como reconhecer as responsabilidades assumidas e os direitos recebidos em acordos de concessão.

Outras melhorias às IFRS

O processo anual de melhoria das IFRS procura lidar com a resolução de situações que necessitam de ser melhoradas de forma a aumentar o seu entendimento geral, mas que não são classificadas como de resolução prioritária. Algumas melhorias são relativas a terminologia ou alterações de natureza editorial para haver consistência entre normas sendo o seu impacto mínimo.

Outras melhorias são susceptíveis de produzir alterações no reconhecimento e mensuração. As principais melhorias que entraram em vigor em 2010, para além das já resumidas atrás, resumem-se da seguinte forma:

Melhorias do Ano 2009 aplicáveis em 2010

· IFRS 8 – Segmentos Operacionais: As melhorias clarificam que os activos e passivos por segmentos só precisam de ser relatados quando são incluídos nas medidas usadas pelo responsável das decisões operacionais.

· IAS 17 – Locações: São removidas as disposições específicas relativas a terrenos e edifícios mantendo-se apenas as disposições gerais.

· IAS 18 – Rédito: São adicionadas orientações para determinar se uma entidade está a actuar como vendedor ou como agente. [Nota: Dado que esta é uma melhoria a um appendix da IAS, não é alvo de endosso por parte da EU].



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do art.º 420 conjugado com o no n.º 1 do Artigo 508 D do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa acção fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão as Demonstrações financeira e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da Dif Broker - Sociedade Corretora, S.A, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

No decurso do exercício, acompanhámos a actividade da empresa tendo efectuado os seguintes procedimentos:

- Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados, conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da sociedade;
- Fiscalizámos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistema de controlo interno;
- Estivémos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por accionistas, colaboradores da sociedade e outros;
- Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e reflectem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e/ou do contrato de sociedade;

No decurso dos nossos actos de verificação e validação que efectuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivémos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal contas que efectuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com ênfases

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Accionistas,

Procedemos à acção de fiscalização da DIF BROKER – Sociedade Corretora, S.A nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

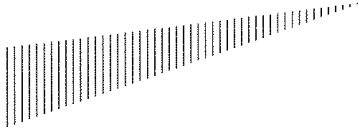
- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2010 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos sócios previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2010 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais.
- (c) O Balanço, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Variações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas do exercício de 2010, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis

Lisboa, 25 de Março de 2011

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)



ERNST & YOUNG

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de DIF Broker - Sociedade Corretora, S.A, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de 22.881.116 Euros e um total de capital próprio de 1.443.287 Euros, incluindo um resultado líquido de 234.067 Euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração da Variação nos Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as Notas.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.



6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

8. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da DIF Broker – Sociedade Corretora, S.A., em 31 de Dezembro de 2010, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as divulgações no nº9 do Capítulo III) das Notas às Demonstrações Financeiras relativas a passivos contingentes.

Lisboa, 25 de Março de 2011

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)